



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.593.111/0001-14

LEI Nº 1.575 DE 12 DE AGOSTO DE 2013

ALTERA A LEI N.º 1.490 DE 02 DE MARÇO DE 2010 QUE "DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E FUNDO MUNICIPAL PARA OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE"

O Povo do município de Abadia dos Dourados-MG, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - O Artigo 27 da Lei 1.490 de 02 de março de 2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 27 – O Conselho Tutelar, criado pela Lei Municipal 1052 de 16 de abril de 1991, em obediência ao disposto na Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, vinculado à Secretaria de Ação Social, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto de 5 (cinco) membros titulares e suplentes, na forma do parágrafo 10, artigo 35, **para mandato de 04 (quatro) anos, a partir do processo seletivo unificado que ocorrerá em 2015, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.** O Conselho Tutelar integra o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.*

Art. 2.º - O Artigo 36 da lei 1.490 de 02 de março de 2010 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do § 1.º, § 2.º e §3.º.

Art. 36 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, sendo o primeiro no dia 04 de outubro de 2015.

§ 1.º - Os conselheiros Tutelares empossados nos anos de 2011 ou 2012 terão o mandato prorrogado até a posse dos escolhidos no primeiro processo unificado.

§ 2.º - Os Conselheiros Tutelares empossados no ano de 2013 terão mandato extraordinário até a posse daqueles escolhidos no primeiro processo unificado, não

469



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.593.111/0001-14

sendo esse período computado para fins de participação no processo de escolha subsequente que ocorrerá em 2015.

§ 3.º - O pleito para escolha dos membros do Conselho Tutelar será convocado pelo CMDCA mediante edital publicado no Diário Oficial do Município e em outro jornal local/regional, especificando dia, horário, os locais para recebimento dos votos e de apuração.

Art. 3.º - O § 3.º do Artigo 43 da lei 1.490 de 02 de março de 2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

*§ 3.º - Os membros escolhidos, titulares e suplentes serão diplomados pelo CMDCA com registro em ata, e será oficiado ao Prefeito Municipal para que sejam nomeados com a respectiva publicação na forma da legislação municipal local e após, empossados, **devendo a posse ocorrer no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha unificado.***

Art. 4.º - O Artigo 50 da Lei 1.490 de 02 de março de 2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 50 – O Conselheiro Tutelar exerce função pública, sendo remunerado pela Prefeitura Municipal de Abadia dos Dourados, com vencimento correspondente a R\$ 678,04 (seiscentos e setenta e oito reais e quatro centavos), reajustado na mesma ocasião e pelo mesmo índice de reajuste dos servidores municipais.

Parágrafo Único - Sendo o Conselheiro Tutelar servidor público municipal poderá optar pelo vencimento e vantagens do seu cargo efetivo, vedada a acumulação de remuneração.

Art. 5.º - O Artigo 51 da Lei 1.490 de 02 de março de 2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 51 – Ao Conselheiro Tutelar são assegurados os seguintes direitos:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

163



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - gratificação natalina

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Abadia dos Dourados(MG), 12 de agosto de 2013



ISVALDINO DE ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

464